

VELHICE E MULHER: VULNERABILIDADES E CONQUISTAS

Isolda Belo¹

Resumo

Embora ainda longe dos padrões almejados, são significativas as conquistas das mulheres em sua luta para superar as desigualdades de gênero na maioria dos países ocidentais. O mesmo se pode dizer sobre os avanços em relação aos direitos adquiridos pela pessoa idosa, dentre eles, a tendência à mudança na imagem negativa da velhice referendada pelo conceito de “envelhecimento ativo”. Pergunta-se: as dificuldades vividas pela mulher na velhice foram superadas com essas conquistas? O objetivo deste trabalho é contribuir para dar *visibilidade à invisibilidade* das questões específicas relativas à atual geração de mulheres idosas. Para estas reflexões, tem-se por base os debates desenvolvidos no âmbito do Fórum Nacional da Mulher Idosa (FNMI) e os resultados da pesquisa “Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves”, em andamento na Fundação Joaquim Nabuco, em parceria com a Secretaria da Mulher de Pernambuco.

Palavras-chave: Mulher idosa. Desigualdades de gênero. Velhice. Envelhecimento.

Abstract

Although still far from the desired patterns, women’s achievements in overcoming gender inequalities in most Western countries are quite significant. The same can be said about the achievements of the elderly, among them, the tendency to countersign the negative image of old age with the concept of “active aging”. But one might ask: have the difficulties experienced by women in old age been surpassed by these achievements? The purpose of this article is to make a contribution towards turning more visible specific issues relating to the current generation of older women. The basis for these reflections are the discussions taking place in the National Forum of Elderly Woman (FNMI) as well as the findings of the research on “Elderly Woman in Pernambuco: empowerment and its barriers”, currently underway, undertaken by the Joaquim Nabuco Foundation in partnership with the Women's Secretariat of Pernambuco.

Keywords: Elderly women. Gender inequalities. Aging.

¹ Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco. Graduada em Serviço Social pela UFPE e Doutora em Sociologia e Master em Gerontologia Social pela Universidade de Barcelona. Possui mestrado em Sociologia e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência em pesquisa e ensino atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia urbana, sociologia do envelhecimento, gerontologia social, velhice e gênero, envelhecimento populacional, e políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Em 1949, no livro *O segundo sexo*, Beauvoir afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Na mesma linha de raciocínio, pode-se afirmar que a mulher não nasce velha, torna-se velha. E, mais ainda, tornando-se velha não perde sua condição de mulher. Tal como foi necessário empreender um debate (acompanhado de um movimento de forte pressão política) para desvincular o biológico (sexo) do social (gênero), desnaturalizando o *formato permitido* às mulheres de inserção no mundo, atualmente, e em relação à velhice, é necessário trazer o corpo físico – e até mesmo o sexo – de volta à mulher que envelhece. Parece existir um vácuo no âmbito das lutas sociais em defesa do segmento, em que a mulher só é reconhecida como tal durante o período reprodutivo. Isto pode ser constatado em depoimentos como o de Dona Josefa² ao tentar participar de um evento público em defesa dos direitos das mulheres:

– *Fui para a Conferência das Mulheres e, quando fui me cadastrar, a moça só olhando pra mim, já foi me dizendo que eu tava no lugar errado [...] que a Conferência da terceira idade, ainda ia ser no outro mês* (informação verbal).

Tal situação não parece incomum para aquelas que, hoje, contam mais de 60 anos. Ao procurarem apoio nos serviços de atendimento às mulheres, são orientadas a buscar atenção nos serviços específicos para pessoas idosas, a exemplo da Delegacia do Idoso, como identificado por Alda Britto da Motta:

Uma coisa que acontece muito, e que não é muito falada [...] é que nunca se pensa a idosa como mulher. Então, também a idosa vai se queixar de maltrato, de agressão na Delegacia da Mulher, e dizem que procurem a Delegacia do Idoso, como se a idosa não tivesse outra dimensão de tratamento, como se a tirassem do meio das mulheres. (FNMI, 2012, p. 30).

Por sua vez, a conexão entre gênero e envelhecimento tem sido pouco – ou quase nada – considerada nas lutas do movimento organizado do coletivo idoso, que orienta suas demandas e reivindicações sem diferenciar a velhice da mulher e a do homem.

² Declaração obtida por conversas informais no decorrer do Fórum Nacional da Mulher Idosa. O nome da pessoa é fictício.

Além desses aspectos, tem-se, também, neste início de século, a hegemonia do conceito de *envelhecimento ativo*, cuja tendência é impor um novo modelo de comportamento, reforçando a invisibilidade das situações próprias de uma parcela significativa do coletivo idoso e, mais enfaticamente, das mulheres integrantes desse grupo mais vulnerável.

Nessa perspectiva, as questões aqui apresentadas têm sua origem no contato direto com as mulheres idosas, principalmente aquelas que participaram, de diferentes formas, nas duas edições do Fórum Nacional da Mulher Idosa (FNMI, 2010/2012). Este evento, resultado da luta das lideranças do coletivo idoso organizado, que se transformou em um espaço de discussão e sistematização das demandas das mulheres com mais de sessenta anos de idade, pode ser considerado como uma das principais iniciativas demarcatórias no sentido de dar visibilidade às questões específicas da realidade vivida por uma parcela significativa das mulheres brasileiras em sua velhice.³

A partir de algumas indagações (ou indignações) por elas apresentadas no FNMI, buscou-se refletir melhor – inclusive, incorporando questões ao projeto de pesquisa em andamento⁴ –, sobre os aspectos específicos da mulher na velhice e sua relação com os avanços obtidos para a superação das desigualdades de gênero.

Para tanto, apresenta-se uma breve contextualização do envelhecimento no âmbito de iniciativas internacionais que geraram o conceito de *envelhecimento ativo*. Em seguida, argumenta-se sobre as variáveis que diferenciam a velhice da mulher, já constatadas pela bibliografia sobre o tema, e algumas exemplificadas pelos dados obtidos até o momento na pesquisa já mencionada. Conclui-se com a discussão sobre as contradições entre o conceito de *envelhecimento ativo* e as reais condições vividas pela atual geração de mulheres idosas, principalmente aquelas pertencentes às classes sociais de menor poder econômico.

A pesquisa, ainda em andamento, tem como objetivo último contribuir para a formulação ou adequação das políticas públicas existentes, tanto aquelas destinadas às mulheres como as destinadas às pessoas idosas, de forma a incorporar as dificuldades presentes na realidade da mulher das classes mais populares, nos pleitos em prol da sua velhice. Nesta perspectiva, o universo da pesquisa, que se realiza no estado de Pernambuco,

³ Para conhecer o conteúdo do evento consultar: Fórum Nacional da Mulher Idosa, 2012.

⁴ Projeto Mulher Idosa em Pernambuco: empoderamento e seus entraves, em andamento, desenvolvido pela Fundaj em parceria com a Secretaria da Mulher de Pernambuco.

definiu uma amostra representativa das mulheres, considerando as diversas regiões (Agreste, Zona da Mata, Região Metropolitana do Recife e o Sertão), priorizando, quando da escolha das pessoas a serem entrevistadas, aquelas residentes nas áreas mais pobres do município. Por esta razão, os resultados apresentados, após a aplicação de 4.500 questionários a mulheres acima de sessenta anos (sem limite máximo de idade), correspondem, fundamentalmente e de forma intencional, à parcela deste grupo etário que é alvo das políticas públicas. Assim, 98% das mulheres selecionadas na amostra têm uma renda familiar de até 3 salários mínimos.

Em Pernambuco e no Brasil, os domicílios onde residem pessoas idosas nesta faixa de renda correspondem, respectivamente, a 69% e 52% do total de residências habitadas por pessoas com mais de sessenta anos.⁵ Outras correspondências serão analisadas ao longo da pesquisa, que inicia agora a segunda fase, qualitativa, com a realização de entrevistas às gestoras dos municípios componentes do universo amostral. Serão também realizados Grupos Focais com as mulheres idosas, para o aprofundamento de alguns aspectos relevantes tais como a violência, o conceito de mulher e de velhice e, principalmente, para captar as diferenciações relativas às regiões e à faixa etária.

O MUNDO ENVELHECE

A escassa visibilidade das questões específicas relativas à mulher idosa impõe a compreensão do contexto atual do envelhecimento populacional. É a transformação (ou revolução, segundo alguns autores) demográfica, colocando a velhice como um dos temas prioritários nos planos de desenvolvimento econômico. A conquista da longevidade associada à queda da natalidade é um fenômeno real, provocando mudanças na agenda dos programas de governo, diante do reconhecimento da inviabilidade de qualquer projeto em que seja desconsiderado o delineamento do novo perfil etário da população mundial. Os desafios que daí decorrem têm gerado preocupações que estimulam a busca de medidas

⁵ A sistematização dos dados da pesquisa aqui apresentados tem a colaboração do demógrafo Wilson Fusco, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco.

inclusivas - reais ou ilusórias – para as pessoas com mais de sessenta e/ou sessenta e cinco anos de idade⁶ (ONU, 2002; CAMARANO, 1999; IBGE, 2010).

O Brasil está entre os países onde o crescimento deste grupo social vem assumindo uma proporção desafiante. Segundo dados do IBGE (2010), ele representa 11,3% da população total, correspondendo a, aproximadamente, 21 milhões de pessoas idosas. Deste contingente, tem-se quase 12 milhões de mulheres.

A interpretação política dominante afirma que o coletivo idoso virá a produzir problemas para o atual sistema de distribuição dos recursos públicos, transformando o envelhecimento populacional em uma preocupação muito mais ameaçante do que a velhice como um processo biológico (BELO, 2004). A necessidade, portanto, de encontrar alternativas de inclusão social deste grupo etário supera a motivação histórica de estudar a velhice apenas para superação do desgaste físico decorrente do envelhecimento físico. Nesta perspectiva, começam a ser redefinidas as imagens dominantes sobre a pessoa idosa.

Trata-se de um conjunto de iniciativas internacionais de produção de um novo discurso disciplinador (FOUCAULT, 1996) sobre a velhice, tendo sido realizadas duas Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento (em 1982 e 2002), pela Organização das Nações Unidas (ONU), nas quais se define o Plano de Ação Internacional, base das políticas públicas elaboradas para este grupo de população, apresentando diretrizes e princípios gerais para o envelhecimento. Resulta daí o conceito de *envelhecimento ativo*, considerado o processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem-estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice. É também utilizado para se referir à ideia de uma implicação contínua da população idosa em atividades socialmente produtivas e de trabalho (ONU, 2002).

Esse conceito foi fortemente incorporado às políticas dos sucessivos governos brasileiros, tanto na Política Nacional do Idoso (1994) quanto no Estatuto do Idoso (2004), principais instrumentos legais de defesa deste grupo etário. Observa-se a transformação da orientação básica das políticas públicas em relação à velhice anteriormente vigentes, que se caracterizaram pela segregação, isolacionismo e, principalmente, por ações paternalistas.

⁶ De acordo com a ONU, o marco etário para o início da velhice é de 65 anos para os países considerados desenvolvidos e de 60 anos para os emergentes (ONU, 2000).

A partir dele, defende-se a perspectiva de revalorização da pessoa idosa por meio do estímulo a sua participação e produtividade. Percebe-se que começa a ser formado um consenso sobre esta nova concepção de velhice. De um lado, tem-se que uma parcela significativa deste grupo etário vem atingindo essa fase da vida com total ou relativa autonomia física e econômica; por outro, há um forte apelo da mídia e dos técnicos envolvidos no trabalho com o coletivo idoso, em reforçar a sinonímia entre velhice e a “boa idade”.

Ocorre um forte apelo para que a mulher idosa – de todas as classes sociais – assuma essa nova imagem, de forma a se alinhar com os conceitos/preceitos positivos em relação ao envelhecimento. Trata-se da tentativa de criação de um consenso associando a velhice a apenas alguns aspectos que podem ser benéficos. Este alinhamento se revela, principalmente, pela adoção de um discurso que omite as dificuldades presentes nesta fase do ciclo vital (“estou na melhor idade”) e/ou pela incorporação de comportamentos ávidos pela manutenção da juventude, tão amplamente divulgados pela mídia e pela indústria de cosméticos e a de entretenimento.

Trata-se da formação do que se pode chamar “consenso ilusório”, quando ocorre a construção de ideias ou opções comuns no interior de um grupo social embora esteja presente uma situação de desigualdade impeditiva de uma vivência (ou consciência) homogênea: “duvidar dos consensos deve ser o ponto de partida para analisar as relações de poder” (PERISSINOTTO, 2008, p. 37). Esta identificação conceitual decorre do fato de que uma análise objetiva sobre o perfil da população idosa brasileira indica, de per si, a presença de variáveis fundamentais que limitam a “alegria” inerente à nova imagem de velhice.

Sendo assim, o que se percebe é a identificação de um discurso que, igualmente, prescreve modelos de comportamento universalizantes, quando já se sabe que *a idade não homogeneiza as pessoas* (GOLDANI, 1999). Ao contrário, na velhice, as diferenças se revelam mais nitidamente e, em alguns casos, tal como nas desigualdades de gênero, elas se acentuam. Com o envelhecimento, homens e mulheres veem se aprofundarem estas diferenciações que são também condicionantes, no que diz respeito à saúde, longevidade e formas de enfrentamento das dificuldades cotidianas.

ENVELHECIMENTO ATIVO: ENTRE O MODELO IDEAL E A REALIDADE

Nos países emergentes e, especificamente, no Brasil, o conceito de *envelhecimento ativo* vem servindo tanto para criar um novo mercado de consumo, com a mídia difundindo a ideia de um coletivo com novos hábitos e novas necessidades, como também pelas políticas públicas, que estimulam a busca de uma velhice autônoma. Porém, observa-se a tendência a transformar este conceito em uma apologia à juventude na velhice – fase a ser vivida, agora, obrigatoriamente, como saudável, produtiva, “melhor idade” –, responsabilizando-se individualmente aqueles que não se encaixem neste novo modelo.

A euforia pretendida pelo modelo de velhice ativa omite as desigualdades estruturais dos grupos com maiores dificuldades (principalmente as mulheres e, em especial, as de baixa renda). Não há dúvida de que as pessoas idosas representam um grupo de população com maior vulnerabilidade física, com maior probabilidade de enfrentar situações de dependência em meio a um contexto de carência de serviços sócio-sanitários. Há, ainda, outros fatores, tais como a saída do mundo do trabalho e a dificuldade (quando há o desejo ou necessidade) de retornar a ele, que diminuem o valor pessoal, fortemente vinculado ao desempenho ocupacional. Paradoxalmente, há também certa reação contra as pessoas idosas que continuam integradas na estrutura da produção, vistas como aquelas que ocupam os postos de trabalho destinados aos jovens desempregados (GOLDANI, 1999).

Por meio de uma perspectiva crítica à noção de *envelhecimento ativo*, concebido aqui como um conceito que tende a produzir o “consenso ilusório”, pode-se inferir os entraves existentes para a inclusão social e econômica da mulher idosa. Pergunta-se: ela apresenta as condições necessárias para se adequar a essas novas diretrizes? Ou será que o conceito de *envelhecimento ativo* trazendo o modelo de “melhor idade” a ele acoplado, amplamente divulgado pela mídia (e por boa parte dos profissionais *bem-intencionados*), não estaria acirrando ainda mais as dificuldades sentidas pelas mulheres na velhice?

A VELHICE E AS VELHAS

As mulheres idosas são maioria em todas as sociedades envelhecidas. No Brasil, compõem 55,8%; em Pernambuco, correspondem a 57,3% do coletivo idoso. A

preponderância das mulheres neste contingente populacional revela a *feminização da velhice*, processo que exige ações e políticas públicas para a idosa, considerando, por um lado, as particularidades de sua realidade e, por outro, a permanência e a intensificação das desigualdades de gênero. Nesta fase, as mulheres vivem as desvantagens acumuladas ao longo de uma vida de discriminação e desigualdades estruturais (GOLDANI, 1999).

A atual geração de mulheres idosas, em sua maioria e em todas as classes sociais, exerceu, ao longo da vida, o trabalho doméstico não remunerado, estando subordinada, economicamente, aos homens. Como consequência, estas mulheres recebem, hoje, pensões exíguas de viuvez ou assistenciais. Em caso de terem desempenhado funções remuneradas, como tinham o salário inferior ao deles, recebem, hoje, aposentadorias abaixo dos valores a eles pagos.

Há, ainda, outros aspectos que poucas vezes são levados em consideração, dentre os quais o fato de estarem mais passíveis do que seus companheiros de desenvolverem doenças. Considerando que a sua longevidade é superior à do homem em, aproximadamente, sete a oito anos de vida, elas tendem a ser cuidadoras dos maridos e/ou filhos que necessitam de apoio ou, ao contrário, pertencem a uma elevada proporção de mulheres que vivem sós. Neste caso, têm que conviver com alguns valores e estereótipos sociais que dificultam a reestruturação de sua vida conjugal, quando assim é desejada, ou carecem de suporte material e afetivo, quando surgem as debilidades físicas. Diante disto, pode-se afirmar que a atual geração de mulheres idosas é aquela que mais necessita das políticas públicas para atendimento às suas demandas (CAMARANO, 1999; GOLDANI, 1999; BELO, 2011). Outros aspectos que dificilmente são levados em consideração se referem às condições subjetivas em que foram construídas as identidades da atual geração de mulheres idosas:

Como analisei em trabalho anterior (Britto da Motta, 1997, p. 27), para a mulher a prescrição tradicional foi: domesticidade e repressão social e sexual, desestímulo ou dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho, desigualdade de formação e de condições de trabalho em relação às dos homens, negação aparente de interesse e capacidade para a política e uma apropriação social do seu corpo expressa no controle familiar e na medicalização das funções reprodutivas. Em resumo, a expectativa obrigatória de uma 'feminilidade' que significava obediência e conformismo. (BRITTO DA MOTTA, 2011, p. 14).

A socialização dentro deste modelo sempre foi reforçada por um discurso naturalizante em que o domínio masculino apenas iniciava a ser questionado. As lutas das mulheres eram ainda circunscritas a um universo minoritário. Soma-se a este conjunto de discursos sobre a mulher, o fato de elas terem sido socializadas em um contexto em que a imagem dominante da velhice estava também fortemente vinculada à inutilidade, exclusão, dependência, doença: “Envelhecer é aproximar-se das características socialmente atribuídas às mulheres. É fragilizar-se, enfraquecer, reconhecer a dependência e experimentar o cuidado” (MARREIRO, 2012, p. 201). É, também, reforçar o seu papel de cuidadora, afetuosa, doméstica, amorosa, passiva e, contraditoriamente, forte para ser o esteio familiar.

Têm-se, assim, dois discursos confluentes na construção da velhice para a atual geração de mulheres idosas: de um lado, a passividade e a submissão prescritas pelo *ser feminina*; do outro, o modelo da velhice plena de dependência, submissão, passividade, assexualidade, do *ser idosa*. Como estão estas mulheres e como podem (ou não) se enquadrar no modelo de *envelhecimento ativo*?

A ATUAL GERAÇÃO DE MULHERES IDOSAS: O CASO DE PERNAMBUCO⁷

O perfil da atual geração de mulheres idosas aponta duas variáveis indicativas de um quadro de maior vulnerabilidade para uma parcela significativa no interior deste grupo etário: renda e educação. Sendo maioria no coletivo idoso, representam quase 6% da população total brasileira, correspondendo a, aproximadamente, doze milhões de mulheres. Destas, mais de oito milhões não são alfabetizadas ou apenas possuem o fundamental incompleto. No Nordeste, o nível de escolaridade é ainda mais baixo. Dos três milhões de mulheres acima dos 60 anos quase dois milhões e meio não estudaram ou apenas têm o fundamental incompleto (IBGE, 2010).

No universo da pesquisa em andamento, tem-se o seguinte quadro: 42% delas não sabem ler/escrever; 26,3% são apenas alfabetizadas; e 18% possuem o fundamental incompleto. Em relação à renda, há um elemento que também evidencia este quadro. Em

⁷ A pesquisa ainda está em andamento. Proposta para ser executada em duas fases (quantitativa e qualitativa), foi realizada apenas a primeira delas com a aplicação de 4.500 questionários a uma amostra representativa das mulheres com mais de sessenta anos do estado de Pernambuco, distribuídas pelas diferentes regiões, sem que se estabelecesse um limite máximo de idade. O Relatório Parcial está em fase de elaboração.

Pernambuco, tem-se que a ampla maioria delas (69,9%) é provedora de seus domicílios e, destas, 70% dedicam todos os recursos que recebem às despesas domésticas. É importante ressaltar que, apesar de uma parte significativa delas morar com os/as filhos/as separados/as ou solteiros/as (em geral, sem emprego e muitos/as já também com filhos/as), eles/as não contribuem regularmente com as despesas. O Programa Bolsa Família atende a estas pessoas, mas elas não repassam sua contribuição para as despesas da casa sustentada pela pensão/aposentadoria das mulheres idosas.

O valor dessas aposentadorias é também, considerando o universo estudado, extremamente reduzido: em 57% dos casos, recebem até um salário mínimo e apenas 37,5% recebem entre um e dois salários. Em síntese, tem-se um grupo social com escolaridade e renda extremamente baixas. Considerando que a mobilidade social está diretamente vinculada aos índices de educação formal e ao acesso à informação, são poucas as perspectivas de ascensão social e econômica destas mulheres. Isto, sem considerar, em muitos casos, as limitações físicas que algumas afirmam possuir. Outro prejuízo, já constatado pela presença destas variáveis, fica evidenciado pelo desconhecimento que possuem em relação aos programas governamentais a que elas potencialmente teriam direito: 90,3% delas não participam de nenhum tipo de ação promovida pelo Estado. Excetua-se a esta tendência apenas o fato de 95% delas dependerem unicamente do sistema público de saúde para o atendimento médico.

Esses dados estatísticos, se já não revelassem, por si só, o grau de dificuldades por que passam essas mulheres (baixa renda, baixo nível de instrução formal, responsabilidade integral pelo domicílio e dependência de um sistema público de saúde deficitário), devem ser associados a outras questões que podem ser inferidas pelas respostas a duas perguntas do questionário aplicado, tentando captar a presença do discurso por elas internalizado relativos ao “Ser Mulher” e “Ser Idosa”.

Tem-se que a Solidão é apresentada como o espelho da velhice da mulher em 47,2% de suas respostas. Em apenas 23,5% dos casos, ocorre a identificação desta fase da vida como um “bom momento” que, em geral, aparece associado à ideia de um período em que os “filhos já estão criados” ou pela vaga resposta de “por terem adquirido mais experiência”.

Por sua vez, a ideia dominante sobre o significado de ser mulher, em 67,2% dos casos, está atrelada ao fato de ter responsabilidade com a família, trabalhando e sendo forte, sendo o esteio, o apoio principal para a manutenção da estrutura familiar. Complementam, ainda, em 20,2% de suas respostas, que “sofrer muito” faz parte do destino da mulher.

Este modelo de “ser mulher” corresponde a uma realidade extremamente doméstica, já que não exercem atividades que gerem renda fora de casa, não frequentam associações ou grupos ou outra atividade social. Não existe, entre a maioria das mulheres entrevistadas, a prática de participação política (apenas 2,4% fazem parte de sindicatos e 4,5% frequentam associações), reafirmando que a velhice, para este grupo social, ainda continua vinculada às atividades religiosas e “do lar”. É fato que se esboça um processo de mudança deste comportamento, estimulado por desafios tais como os apresentados em diversas ocasiões no FNMI e resumidos nas palavras de Leny Amorim: “Nessa manhã, nós queríamos lançar o primeiro desafio: abandonar o casulo e assumir a vida livre, colorida, bonita e oxigenada da borboleta. Que saíamos desse fórum, todas, como uma linda borboleta” (FNMI, 2012, p. 24).

Essa metáfora se refere às diversas pressões sociais para que a mulher permaneça no âmbito doméstico (o casulo), submetida às limitações impostas (e, muitas vezes, internalizadas) para este segmento, confirmadas nas palavras de Mônica Barroso:

Nós éramos aposentadas da vida pública. Ficamos apenas encarregadas do quintal, da horta, da cozinha e dos meninos. E eles foram construindo sozinhos o mundo, fizeram um mundo muito injusto, um mundo que dificilmente caberia a gente de volta, se a gente fosse brigar pela isenção. Do jeito que o mundo tá aí, pra gente voltar, a gente tá começando há alguns anos a aplinar o terreno pra melhorar nossa volta, e a gente tentar reconstruir toda essa história que foi construída de uma maneira errada porque só tinha uma parte do mundo fazendo ele, que eram os homens. (FNMI, 2012, p. 40).

Em constatação similar, identifica-se o processo de mudança deste comportamento, ainda minoritário, mas que representa avanços no sentido de ocupar espaços públicos e/ou políticos de participação, como afirma Alda Britto da Motta:

Essa é uma resposta onde os homens estão profundamente colocados e as mulheres estão iniciando seu aprendizado político, dentro da sua condição de vida, do seu segmento. Eu não estou me referindo à ação partidária. Eu tive ocasião de acompanhar o movimento na Bahia, de onde eu sou, de ver no movimento dos aposentados – final da década de 80 começo da década de 90 – as mulheres ainda muito tímidas: falando pouco, oferecendo água e cafezinho nas reuniões, assim, muita à maneira de dona de casa e, ao mesmo tempo, vendo crescer o interesse dessas mulheres pela política, a ponto de hoje, tomando o caso da Bahia, eu estou vendo mulheres como coordenadoras, dirigentes de grupo, inclusive, de um fórum de apoio aos idosos. Um fórum independente que foi responsável pela instalação de uma delegacia do idoso em Salvador, e treinou os policiais para atuação nessa delegacia. (FNMI, 2012, p. 30).

ENTRE CONTRADIÇÕES E CONQUISTAS

Os movimentos para superação das desigualdades de gênero apenas começaram a dar a visibilidade necessária às questões específicas da mulher idosa. Uma dessas conquistas se refere à incorporação, no *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, de um capítulo especial que propõe ações, embora ainda muito tímidas, para incluir a perspectiva geracional nas políticas públicas direcionadas às mulheres e a promoção da autonomia das jovens e idosas⁸ (SEPM, 2008). Dentro desta perspectiva, reconhece-se a urgência em adequar os programas sociais que estimulem o processo de empoderamento, compreendido como

a estratégia ou dispositivo por meio do qual os vários sujeitos e atores sociais, individuais e coletivos tomam consciência de que possuem habilidade e competência para produzir, criar, gerir e transformar suas próprias vidas, seus entornos, tornando-se protagonistas de suas histórias. (COSTA, 2004 apud SOUSA E MELO, 2009, p. 7).

Na perspectiva do empoderamento das mulheres, aponta-se como condições prévias para o seu desenvolvimento, cinco dimensões: a participação econômica; a oportunidade

⁸ As metas previstas são apresentadas de forma muito ampla e dirigidas, principalmente, ao lazer. Ver o capítulo 10 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SEPM, 2008, p. 92) que propõe: “[...] I. Facilitar o acesso e a participação ativa das mulheres idosas nas atividades recreativas, culturais e esportivas promovidas por organizações, associações e instituições públicas e privadas; J. Implementar programas de educação que permitam às mulheres idosas de diferentes grupos e etnias compartilhar seus conhecimentos, sua cultura e valores, atentando-se para o enfoque intercultural”.

econômica; o empoderamento político; o avanço educacional; e saúde e bem-estar (FEM, 2005). Neste sentido, alguns programas governamentais, tanto em nível estadual como federal, priorizam as mulheres no acesso aos benefícios, tendo sido reconhecida a capacidade de gerenciamento direto dos recursos financeiros, por parte das mulheres, através do sucesso de alguns programas tais como o Chapéu de Palha⁹ e o Bolsa Família, este último com 93% dos recursos acessados pelas mulheres (BUARQUE, 2011).

No caso específico das mulheres idosas, a universalização de transferência de renda através do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da aposentadoria rural, paga pelo Governo Federal, originalmente, tem por objetivo contribuir para a autonomia financeira das pessoas idosas. Este benefício movimentava a economia de muitas cidades do Brasil e também de Pernambuco, especialmente na zona rural. No entanto, para que este benefício atinja o objetivo de contribuir para a autonomia das idosas, torna-se necessário criar ou reforçar uma rede de apoio às mulheres, de modo que os recursos daí oriundos sejam utilizados para a superação dos entraves existentes para o exercício da cidadania. Depoimentos ainda muito pouco registrados apontam para a possibilidade de que estes recursos, muitas vezes o único dentro da unidade domiciliar, estejam gerando ações de apropriação indevida por parte de familiares. Em alguns casos, esta apropriação se dá em diferentes níveis de pressão por parte de familiares ou mesmo por meio de ações violentas.

Levantamentos realizados por órgãos de Segurança do Estado de Pernambuco já evidenciam que a situação de vulnerabilidade em que vivem as mulheres idosas, principalmente nas zonas rurais, tem aumentado os riscos de maus-tratos e outras formas de violência contra elas. Na cidade do Recife, onde existe um levantamento sobre a violência contra a pessoa idosa, foi registrada, entre janeiro de 2010 e abril de 2011, a ocorrência de 7.333 agressões a pessoas idosas, sendo a ampla maioria das vítimas (quase 70%), mulheres acima de 65 anos. Em 89% dos casos, os agressores são familiares, entre filhos/as (55%) ou netos/as (11%), fato que dificulta a notificação às instituições competentes, seja pela

⁹ Trata-se de um programa do governo de Pernambuco que tem por objetivo promover a qualificação social e profissional e a educação empreendedora, incentivando o desenvolvimento de novas aptidões e a geração de renda dos trabalhadores e seus familiares no período de entressafra da cana-de-açúcar e de suspensão das atividades pesqueiras. O programa *Chapéu de Palha Mulher*, desenvolvido no âmbito da SecMulher, objetiva a criação de uma Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais, promovendo, entre outras ações, a capacitação destas mulheres para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda. Mais informações sobre o programa consultar o site www.secmulher.gov.br ou www.pe.gov.br

dependência física ou afetiva que a pessoa idosa tem pelo(a) agressor(a), seja pelo desconhecimento dos canais existentes para realizar a denúncia (SDS, 2011). Até setembro deste ano, este órgão já recebeu 1.054 ligações anônimas sobre casos de violência contra pessoas com mais de 60 anos, número 25% maior que o registrado no mesmo período do ano passado, quando foram feitas 840 denúncias (FARIAS, 2013).

No universo da pesquisa, a questão da violência foi um dado extremamente delicado para ser tratado com as mulheres. Isto porque a agressão ou violência, seja a psicológica e, principalmente, a física, sofrida por elas é/foi cometida, em maior proporção, pela família, sobretudo pelos filhos. Sem a presença de outra pessoa na hora da entrevista, principalmente membros da família, as entrevistadoras conseguiram extrair das mulheres idosas respostas mais consistentes e *corajosas*.

Para que a verbalização da agressão se concretizasse (sem induzir a resposta) foi necessário fazer a pergunta de diversas formas, estimulando-as a contarem um pouco de suas vidas, evitando-se, ao máximo, usar a palavra violência ou agressão. As perguntas foram do tipo: *a Senhora já passou por alguma situação como gritarem ou baterem ou tratarem a Senhora dessa ou daquela forma?* Apesar de todas estas dificuldades, em mais de 30% das respostas das mulheres entrevistadas, pode-se detectar, com segurança, que elas sofreram algum tipo de violência ou agressão. Na sua ampla maioria, como referido, os agressores são os próprios familiares.

As que vivem (ou viveram) na zona rural tiveram muitos filhos e eram tratadas pelos seus maridos, em geral, com a *natural* brutalidade, como muitas de sua época e das regiões do interior do estado. Por outro lado, elas não avaliam a brutalidade de seus esposos como violência e, sim, como um comportamento/jeito de ser comum que fazia parte do cotidiano de todas elas.

Esse tipo de violência deixou de existir em suas vidas, na maioria das vezes, porque seus maridos já faleceram ou estão muito velhos e perderam a força física ou já possuem algum grau de demência. Por mais que, hoje, a compreensão da sociedade entenda que este tratamento seja sinônimo de violência e, como tal, não deva ser subestimado, muitas das idosas não sentem assim, não enxergam desta maneira originariamente, mas acabam achando que eram maltratadas porque, depois de velhas e vivendo sem seus maridos, as pessoas conversam com elas e as convencem de que sofriam violência.

Da mesma forma, não se sentem agredidas e/ou exploradas pelo fato de os/as filhos(as) ou netos(as), que moram com elas, se beneficiarem de suas pensões ou aposentadorias. Muitas vezes, principalmente na zona rural, elas são levadas por algum filho(a)/neto(a) ao Banco, que recebe junto com elas o dinheiro e, como ocorre com algumas moradoras das cidades, também se beneficiam do dinheiro delas de alguma forma. Quando não vão diretamente ao banco, geralmente não sabem quanto ganham e dizem que a pessoa – (filho(a), neto(a)) – repassa o dinheiro do gás, da conta de luz e “algum dinheiro” para as compras do mês. Não se sentem lesadas com isto, pelo menos, não demonstram assim. Se desconfiam, guardam para si, preferem “ignorar” esta realidade.

Atualmente, o motivo mais comum, gerador de diversas formas de violência está vinculado ao empréstimo consignado. Este último é o que hoje mais gera agressão, porque nem sempre elas estão dispostas a fazê-lo, mas algum membro da família, de alguma forma, as convence a contrair o empréstimo para, depois, em sua maioria, não arcar com o pagamento. Enquanto uma pequena parcela de idosas consegue perceber isto como uma agressão, a maioria não se sente agredida.

Vale ainda a pena apontar outro fator de risco para a violência: aproximadamente 23% das mulheres entrevistadas possuem pessoas em casa com problemas de alcoolismo ou drogas. Apenas 8% delas contam com a ajuda de alguém (marido, vizinho, amiga ou filha/o) para apoiá-las na ajuda ao usuário destas drogas. Ainda segundo os dados da pesquisa, chama a atenção o nível de desconhecimento da rede de proteção estatal potencialmente existente: quando perguntadas sobre as instituições que atendem às mulheres idosas vítimas de violência, 38,6% delas não souberam ou não responderam. A Polícia Militar se destacou como a primeira opção das mulheres como canal a recorrer, com 45,4% das respostas. As Delegacias do Idoso e da Mulher surgiram em apenas 0,3% e 0,2% dos casos, respectivamente.

Essas informações apenas confirmam a contradição entre o suposto empoderamento das mulheres associado à posse de uma renda e o discurso do envelhecimento ativo, tendo em vista o aumento dos riscos de violência a que se expõem, considerando a ideia naturalizada de que devem proteger os seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência dominante, com raízes na política de redução do Estado, é a de induzir uma nova imagem de velhice associada à produtividade, “alegria”, “melhor idade”. Desta maneira, as diretrizes internacionais propõem o conceito de envelhecimento ativo. No entanto, estas novas orientações necessitam ser observadas criticamente como forma de não seguir a tendência de homogeneizar as pessoas idosas. Evitar, portanto, o deslocamento de uma concepção sobre velhice baseada no estereótipo de improdutividade ou doença, para outra imagem, que igualmente homogeneíza, embora em outro extremo, como sinônimo de vitalidade e saúde. Concorde-se, como afirmou Ana Amélia Camarano,

que se vive um momento de redefinição de papéis para todas as gerações: a ideia de que a velhice traz perdas está sendo substituída [...] esta é uma fase de preenchimento. Um momento em que se pode fazer coisas que não podiam fazer ao longo da vida porque tinha que cuidar de filhos, tinha que trabalhar pra ganhar dinheiro, etc. (FNMI, 2012, p. 32).

E conclui:

[...] eu acho que é um perigo, a gente fazer generalização sobre essa fase da vida. Na verdade, a gente pode dizer que a ultima fase da vida, seja de uma perspectiva negativa ou de uma perspectiva ativa, qualquer que seja a generalização, ela pode ser perigosa. A gente tem que reconhecer, que tem havido grandes avanços, mas que há uma necessidade de uma nova visão para encarar essa fase da vida de outra forma. (FNMI, 2012, p. 32).

A defesa sem críticas do conceito de *envelhecimento ativo*, no entanto, pode gerar o aumento da invisibilidade dos problemas sentidos por grande parte do coletivo idoso e, principalmente, das mulheres idosas. A velhice como sinônimo de vitalidade e saúde produz efeitos contraditórios. Se, por um lado, estimula a autoestima e a capacidade das pessoas idosas, contribuindo para desconstruir os estereótipos anteriores associados à ideia de incapacidade e doença, por outro, cria a responsabilidade e a obrigação por parte deste grupo social de buscar sua sobrevivência, independente dos recursos públicos.

Até recentemente, as políticas públicas tinham por base uma concepção que articulava a questão biológica da velhice com as exigências da modernização econômica. Como resultado, foi reforçado um estereótipo dominante em que as pessoas idosas significavam um peso social e econômico. Neste momento, a ênfase é exatamente em direção oposta: a pessoa idosa, não apenas é capaz como também deve participar do processo produtivo da sociedade. Nesta perspectiva, a ideia de trabalho ou da necessidade de trabalho fica diretamente vinculada à nova imagem da pessoa idosa. Além disso, exige-se comportamentos associados a uma concepção de velhice como a *melhor idade*. Neste sentido, devem ser omitidas as fragilidades ou possíveis limitações físicas/mentais, pois, ao se tornarem visíveis, suas causas são atribuídas à pessoa idosa por não *se cuidar* (estilo de vida) ou por querer assumir um *jeito de gente velha* (conservadorismo).

Pergunta-se, então, diante da imposição do “envelhecimento ativo”, a velhice com dependência, frágil, pobre, se converterá na grande proibição do século XXI? (ARBER; GINN, 1996).

Foram aqui apresentadas variáveis que evidenciam situações impeditivas da homogeneização da velhice como uma fase da vida saudável, feliz, produtiva, autônoma. São elas: desde a situação de baixa renda, a falta de escolarização, a responsabilidade integral e solitária pelo domicílio, as limitações ou vulnerabilidade física até as questões mais subjetivas relativas à construção da mulher idosa atual. Os discursos sobre o “ser feminino” e “ser velho” estão profundamente arraigados na socialização destas mulheres. Os avanços obtidos, os espaços inegavelmente conquistados, seja pelo coletivo idoso seja pela luta das mulheres, provocaram apenas pequenas mudanças no lugar social permitido/conhecido por quem está velha hoje.

A proteção à família – a qualquer custo –, mesmo em situação de violência, é também um reflexo do contexto socializador. É possível que haja algum contentamento associado ao repasse obrigatório de seus recursos aos “homens da casa”. Afinal, ter se transformado de pessoas dependentes em mulheres provedoras, donas (ainda que, em muitos casos, apenas de direito e não de fato) de seus recursos pode produzir efeitos reais (ou sensação) de empoderamento. Espera-se, na conclusão da pesquisa, também analisar sob este prisma os benefícios da autonomia financeira e, talvez, o silêncio de algumas delas em relação ao repasse de seus recursos para os filhos.

O que não se pode esquecer, no entanto, é que a velhice tem suas “dores” e tornar proibitiva a visibilidade destas dores apenas torna mais efetiva a tentativa do Estado de reduzir sua atenção ao coletivo idoso.

Insistir na velhice como “boa idade” e acreditar que o atendimento das necessidades da atual geração de mulheres idosas foi incorporado integralmente aos avanços obtidos pelas duas categorias (o das mulheres e o das pessoas idosas) seria ocultar que o poder não se exerce necessariamente pelo conflito, mas, também, por meio de um processo de disciplinamento que leva o outro a assumir o comportamento desejado (PERISSINOTTO, 2008, p. 33).

A ideia do envelhecimento saudável, feliz, produtivo, transformado em consenso

[...] pode ser o resultado de relações de poder, isto é, de interações que levam os dominados a desejar coisas que, de outro modo, não desejariam. O resultado de uma relação social deste tipo seria produzir uma adesão dos dominados aos valores dominantes de modo que a relação de dominação não fosse percebida como tal, mas sim como um acordo tácito em torno de valores tidos como verdadeiros por todos. (PERISSINOTTO, 2008, p. 37).

E, ainda:

O poder não pode ser reduzido à capacidade de tomar decisões. Ao contrário, defendem [defendem os autores do objetivismo] **que a face mais importante do poder se encontra no processo seletivo por meio do qual determinados temas são retirados da agenda política.** Esse processo ocorreria quando os valores dominantes, as regras aceitas do jogo, as relações de poder existentes entre os grupos e os instrumento de força, separadamente ou combinados, efetivamente impedem certas queixas de se apresentarem como questões plenamente desenvolvidas e que clamam por decisão. Nesses casos, pode-se dizer que há uma situação de processo de não-decisão, produzido consciente ou inconscientemente pelos atores envolvidos. (PERISSINOTTO, 2008, p. 37, grifo nosso).

Com estas afirmações, se quer concluir que a retirada da prioridade da atenção à velhice dependente pode ser incluída em mais um mecanismo de poder que, ao condicionar e, de certa forma, impor o *consenso (ilusório)* da velhice saudável, autônoma e feliz,

responsabiliza aqueles que estão fora deste modelo apoiado pelo conceito de envelhecimento ativo.

Por fim, cabe lembrar a parcela de mulheres idosas solteiras, viúvas, separadas que, ao necessitarem de cuidados, tem apenas a opção de morar nas casas de seus familiares ou procurar as Instituições de Longa Permanência. Estariam elas também vivendo a fase da *melhor idade*?

REFERÊNCIAS

ARBER, Sara; GINN, Jay. *Relación entre género y envejecimiento: enfoque sociológico*. Madrid: Narcea, 1996.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELO, Isolda. Do corpo à alma: o disciplinamento da velhice. In: LAFAYETTE DE ALMEIDA, Conceição; LONGHI, Marcia (Org.). *Etapas da vida: jovens e idosos na contemporaneidade*. Recife: Universitária da UFPE, 2011. p. 105-122.

BELO, Isolda. *Vejez y acción política: surge un nuevo movimiento social?* Tese (Doutorado em ??) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2004. 80p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas. In: _____. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SEPM, 2008. p. 177-182.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As velhas também. *Revista Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 23, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2013.

BUARQUE, Cristina. *Pernambuco em busca de uma nova era: para onde vão as mulheres rurais?* Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco: 2011 (texto inédito).10p.

CAMARANO, Ana Amélia. *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

SOUSA, R. M.; CARDOSO E MELO, M. C. Oliveira. Mulheres na gerência em Tecnologia da Informação: análise de expressões de empoderamento. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-16, jan./mar. 2009.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL – FEM. *Empoderamento de mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero*. Genebra, 2005.

FORUM NACIONAL DA MULHER IDOSA – FNMI. *Relatórios: I e II*. Recife: Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, Ana Amélia. *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 75-113.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estudos e Pesquisas: informação demográfica e econômica, n. 27. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2013.

FARIAS, Eronildo. Denúncias de violência contra o idoso crescem 25% em Pernambuco. *Folha de Pernambuco*, Recife, 1 out. 2013. Cotidiano, p. 8. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/10/denuncias-de-violencia-contra-o-idoso-crescem-25-em-pernambuco.html>>. Acesso em: 1 out. 2013

MARREIROS, M. et al. Representações sociais do envelhecimento elaboradas por mulheres. In: RANGEL Tura, L.; OLIVEIRA SILVA, A. (Org.). *Envelhecimento e representações sociais*. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2012. p. 201-224.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Estratégia Internacional de Ação sobre o Envelhecimento*, 2002. Disponível em: <www.madrid2002-envejecimiento.org>. Acesso em: jan. 2010.

PERISSINOTTO, R. Poder: imposição ou consenso ilusório? por um retorno a Max Weber. In: FREIRE Nobre, R. (Org.). *O poder no pensamento social*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 29-58.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social – SDS. *Relatório Referente à Violência contra Pessoa Idosa: Disk-Denúncia*. Recife: 2011. impresso. 14p.